

A Educação Popular e a Reforma do Ensino Médio: mudança para quem e para quem?[1]

Estudante: Ana Carolina Costa Andrade [2]

Orientador(a): Roberta Sperandio Traspadini [3]

Introdução

O presente trabalho, originado da interface ensino-pesquisa-extensão – entre os projetos “Saberes em Movimento: a Educação Popular e movimentos sociais na América Latina e no ES” e o OBEPAL – e comprometido com a práxis político-pedagógica da Educação Popular, propõe-se a fazer uma breve análise da Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/17), enxergando-a numa conjuntura de inúmeros e intrincados processos de disputa societárias, econômicas, políticas e ideológicas.

No marco dos impactos geopolíticos e socioeconômicos, oriundos das disputas sobre o sentido e a leitura hegemônica da execução das políticas de desenvolvimento e das superestruturas que a sustentam, o ano de 2016 torna-se estratégico de ser estudado, tendo em vista o *impeachment* da Presidenta Dilma Roussef (PT) e a posse de Michel Temer (MDB), seguida pela aceleração das políticas neoliberais no país. Tais políticas culminaram em: Reforma Trabalhista, intensificação do debate para a aprovação da Reforma da Previdência e, objeto desta pesquisa, a Reforma do Ensino Médio. A partir deste quadro complexo, a investigação da Reforma do Ensino Médio e seus desdobramentos apresenta-se como necessária em dois aspectos: a) a intencionalidade da reforma demarcada pelo cenário produtivo brasileiro na segunda década do século XXI; b) os impactos da reforma proposta na dinâmica simbólica de produção de sentido sobre o significado de escola, ensino, educadores-educandos, educação. Destaca-se assim a centralidade da categoria trabalho, no que se refere a história da educação no Brasil.

Objetivos

Objetivo geral: esmiuçar e compreender a Reforma do Ensino Médio como uma política ancorada na relação trabalho-educação, a partir dos referenciais e subsídios da Educação Popular enquanto prática político-pedagógica.

Objetivos específicos: 1. Analisar intencionalidade da reforma demarcada pelo cenário produtivo brasileiro a partir da segunda década do século XXI; 2. Assimilar os impactos da mesma na dinâmica simbólica de produção de sentido sobre o significado de escola, ensino, educadores-educandos, educação; 3. Produção de sínteses de leituras e relatórios de participação de eventos diversos relacionados com a educação em geral; 4. Socialização dos resultados apresentados em forma de uma cartilha didático-popular.

Metodologia

- 1) Revisão bibliográfica, onde a pesquisa-ação coloca em diálogo três campos do conhecimento associados pela filosofia da práxis, a saber: as Ciências Sociais; a Pedagogia Crítica, baseada nas obras de Hooks (2013) e Freire (1987), e a Educação Popular, enquanto processo de leitura e transformação de mundo (PALUDO, 2015).
- 2) Análise de documentos do Banco Mundial (BM) e dos documentos relativos à Reforma do Ensino Médio.
- 3) Utilização das categorias-chave trabalho, dependência e educação (MARINI, 2011; MARX, 2008; TRASPADINI, 2016).

Notas

[1] O presente trabalho foi desenvolvido no **Programa Institucional de Iniciação Científica** da Universidade Federal do Espírito Santo entre os meses de agosto de 2018 a julho de 2019.

[2] Estudante do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo e integrante do Observatório de Educação Popular e Movimentos Sociais na América Latina (OBEPAL).

[3] Professora do departamento de Ciências Sociais em Cooperação Técnica de 2018-2020, vinculada ao curso de Relações Internacionais da UNILA.

Resultados e discussões

O “novo Ensino Médio” prevê tanto alterações curriculares (itinerários formativos), como mudanças delineadas há mais de duas décadas pelo BM (BANCO MUNDIAL, 2010), a exemplo do aumento da carga horária e a política de fomento à implementação de escolas de Ensino Médio em tempo integral. A preocupação crescente com os jovens “nem-nem”, com a transição demográfica sofrida pelo país (população cada vez mais envelhecida) e com o baixo índice de produtividade definem as diretrizes propostas para a educação do BM (BANCO MUNDIAL, 2018), que enfocam: 1. Aumento do capital humano; 2. Alteração das competências curriculares, visando aspectos cognitivos, socioemocionais e técnicos. Por fim, é importante destacar que, de acordo com o Ministério da Educação, o BM disponibilizou um orçamento de US\$ 1,5 bilhão (aproximadamente R\$ 5 bilhões de reais) para projetos do governo brasileiro durante os anos de 2018/19, além de providenciar um empréstimo de US\$ 250 milhões para apoiar a execução da Reforma.

Diante do exposto, as alterações ocasionadas pela Lei nº 13.415/17 parecem atender mais as necessidades das relações internacionais de mercado do que aos próprios/as estudantes. Não à toa, o ano de 2016 contou com a *Primavera Estudantil*, onde cerca de 1154 ocupações foram realizadas no país por estudantes secundaristas e universitários, em razão da MP 746 (que daria origem a Lei nº 13.415/17 posteriormente), da PEC 241 e a proposta do “Programa Escola Sem Partido”.

Destarte, ao perguntar “Reforma do Ensino Médio para quem?”, percebe-se um distanciamento entre o discurso formal do Ministério da Educação – Reforma para os/as estudantes – e o discurso real, perpassado por inúmeras influências no mundo do trabalho. Nesse sentido, o exercício de poder e contra-poder das ocupações das escolas públicas “deixou como herança diferentes aprendizados que não estão presentes nos currículos formais da escola” (BOUTIN; FLASH, 2017, p. 432.). É com o questionamento desta política pedagógica, em sua forma e conteúdo, que a Primavera Estudantil floresce e se organiza, enquanto movimento social-popular fundamentado no ato educativo como meio de emancipação e luta pela liberdade.

Referências

- BANCO MUNDIAL. **Achieving World Class Education in Brazil: The Next Agenda**. Washington, D.C.: World Bank Group, 2010.
- BANCO MUNDIAL. **Competências e Empregos: uma agenda para a juventude: Síntese de constatações, conclusões e recomendações de políticas** (Português). Washington, D.C.: World Bank Group, 2018.
- BOUTIN, Aldimara Catarina Delabona Brito; FLACH, Simone de Fátima. O movimento de ocupação de escolas públicas e suas contribuições para a emancipação humana. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 42, n. 2, p. 429-466, maio/ago. de 2017.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.
- HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs.). Ruy Mauro Marini: Vida e obra. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- PALUDO, Conceição. Educação Popular como resistência e emancipação humana. **Cad. CEDES [online]**, v. 35, n. 96, p. 219-238, maio-ago. 2015.
- TRASPADINI, Roberta Sperandio. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas**. 2016. 338 f. Tese (Tese em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento, Inclusão Social e Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.